

QUANDO O ABUSO SEXUAL NA FAMÍLIA É MAIS QUE UM SINTOMA ¹

Tânia Maria Nogueira Santos²

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como finalidade analisar a questão do abuso e da violência sexual contra crianças e adolescentes no ambiente familiar, procurando perceber esse tipo de violência dentro de uma perspectiva do papel da família de um lado – entendido como reflexo ou sintoma de estruturas familiares disfuncionais, em que existiria a possibilidade da contribuição consciente ou inconsciente de determinados membros da família para a ocorrência do abuso sexual, visto que os sintomas têm uma função na família e devem ser analisados dentro de um contexto familiar (NICHOLS, 1998) –, e do outro lado, como componente da estrutura patriarcal da família.

O abuso sexual como sintoma funciona como instrumento de autorregulação, ou seja, é utilizado para regular o que está disfuncional no sistema familiar. Ao ser eliminado, o sistema ficaria sem regulação. Nesse caso, o sintoma tem para a família abusiva uma função estruturante, qualquer mudança implicará na construção de uma nova concepção de mundo e na estrutura familiar, e no caso do abuso sexual, isso muitas vezes implica na necessidade de “utilização” do segredo. Imber Black (1994), no seu estudo sobre o segredo do abuso sexual na família, coloca a função de certos sintomas como metáforas para determinados segredos “muitas vezes insuportáveis [...]”, podendo ter o significado de única saída encontrada pela família.

Segredos como o do incesto têm um efeito nocivo sobre a interação familiar, destrói a confiança e a comunicação, criando o comportamento sintomático. Nesse sentido, o incesto não diz respeito apenas a uma experiência individual; é uma história de poder e da complementaridade familiar para com o mesmo através do segredo, colocando a vítima como que precisando proteger o relacionamento incestuoso, o que distorce a sua experiência de vida e freqüentemente leva à doença emocional, sendo expressão de dinâmicas familiares complexas (COHEN, 2000).

Para esse autor, no abuso sexual infantil na família, parece existir uma certa função simbólica para o comportamento abusivo e, quando se busca analisar essa questão a partir da teoria sistêmica, o sentido de função do abuso sexual poderá tornar-se a resposta para o pacto do silêncio estabelecido, na maioria das vezes, de forma inconsciente entre os membros da família.

Estudos realizados pelo LACRI – Laboratório de Estudos da Criança da USP, sobre abuso sexual de crianças na família, vêm de alguma forma confirmar a possibilidade desse tipo de violência estar contido numa série de dificuldades relacionais no âmbito familiar. As pesquisas acerca do perfil do agressor define um tipo de abusador como sendo um Agressor Sexual Situacional, que não tem uma real preferência sexual por crianças. Segundo o Dossiê Diagnóstico do LACRI, esse tipo de agressor acaba por se envolver sexualmente com crianças, principalmente quando se trata de parente próximo, por razões de insegurança, stress, oportunismos, vingança, ou mesmo curiosidade, não sendo um pedófilo como na literatura especializada.

Para Minuchin (1990) esses seriam comportamentos onde a família, como grupo natural através dos tempos, desenvolveu padrões de interação que constituem a estrutura familiar e esta “[...] governa o funcionamento dos membros da família, delineando sua gama de comportamentos [...]”. Talvez isso explique os casos das repetições do comportamento abusivo através das gerações, onde a família é a matriz na qual regras sociais são moldadas à experiência individual. A estrutura da família envolve um certo conjunto de regras veladas que governam as suas transações, essa estrutura torna-se visível a partir da observação das interações entre os membros da família.

¹ Pesquisa desenvolvida na disciplina Psicologia da Família, sob a orientação da Professora Dra. Ana Cecília da S. Bastos.

² Assistente Social e Terapeuta de Família, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Família da Universidade Católica do Salvador – UCSal.

A família abusiva caracteriza-se por possuir fronteiras rígidas, ou seja, existe um distanciamento entre os seus membros tanto físico como emocional, fazendo com que os indivíduos vivam relativamente isolados e autônomos, o que não pode ser confundido com independência. Esse distanciamento é quase como que uma garantia de manutenção do grupo familiar. Isto impede a proximidade, o afeto, e, principalmente, a proteção, o que dificulta o apoio mútuo, e a percepção de quando alguém precisa de ajuda. A negação do contato é a forma de sobreviver ao conflito.

No contato com as famílias (geralmente as mães) no Serviço Social, observava-se que o segredo familiar sobre o abuso sexual acontecia com mais frequência, nos casos em que o abusador era o pai ou padrasto da vítima. Percebia-se que a atitude de manter o abuso sexual em segredo, no mundo privado da casa, era a garantia de adiamento de outros conflitos. De acordo com os estudos de Cohen (2000), na sua pesquisa realizada com vítimas de violência no Instituto Médico Legal da cidade de São Paulo, “[...] o incesto nasce devido à ausência de uma estrutura familiar capaz de contê-lo [...]”. A partir dessa análise o autor co-responsabiliza a mãe, caracterizando-a como sendo “[...] geralmente uma pessoa fraca e submissa”, onde o ato abusivo significaria “estar livre” de possíveis situações indesejadas com o companheiro.

O pensamento sistêmico parece, por vezes, implicar que todas as pessoas no sistema são iguais em poder ou que as diferenças no grau de poder não são importantes. A questão do poder está relacionada, também, ao que diz respeito aos segredos muito perigosos como os da violência e abuso sexual, mantidos muitas vezes, para proteger-se de pessoas mais poderosas física e socialmente, em geral os homens abusadores, pelo uso da intimidação e do direito ao silêncio do que acontece no mundo privado.

A “culpa da mãe”, tão utilizada como justificativa para o abuso sexual na família, nos leva mais uma vez a analisar a figura materna como a grande responsável pela ocorrência do abuso sexual, diante do seu “fracasso” em satisfazer o marido, e no seu papel protetor de mãe. Utilizar, também, como referência, a explicação sistêmica da circularidade (padrões mutuamente reforçados), nos quais todos são igualmente responsáveis (inclusive a vítima), excluído de todo um contexto sócio-cultural – pode tornar oculta toda a verdade condenável de que o domínio do pai e marido ou de outras figuras masculinas da família, pode corromper completamente as relações familiares que levam ao abuso sexual.

Buscar analisar a questão a partir de um contexto de **poder determinado pelo gênero** é uma forma de se obter outras explicações, ampliando a visão unilateral de culpar as mães. Neste caso, o sentido de complementaridade familiar aplicado à teoria sistêmica, não seria utilizado de forma reducionista e estática, ampliado e flexibilizado; levaria em consideração o papel de cada membro da família estereotipado quanto ao gênero. Os problemas da família podem ser “idiossincráticos”, porém, a estruturação dos sujeitos se dá quanto ao gênero, ou seja, mesmo o sexo biológico não pode ser confundido com os papéis sexuais pré-determinados socialmente, o que torna “naturais” determinados comportamentos reconhecidamente “masculinos”, residindo aí a natureza da desigualdade (GOODRICK, 1990).

É possível afirmar que a família continua sendo definida como o espaço privilegiado para a reprodução do exercício do poder masculino e da submissão da mulher, assim como, em alguns casos, para a expressão da violência, seja física, sexual ou psicológica. As estatísticas do CEDECA (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente) do ano 2002 dão conta de cerca de 85% dos casos de abuso sexual praticados contra meninas no seio da família, o que demonstra a preferência da violência contra crianças e adolescentes do sexo feminino, ou seja, a vulnerabilidade na infância e na adolescência, analisadas a partir da família, contextualizada na realidade de uma sociedade patriarcal, na qual a violação dos direitos da criança e da mulher é uma constante.

O estudo de Imber Black (1994) sobre o comportamento de não proteção à vítima por parte das mães, foi uma referência para o processo de observação, na convivência com as mães do CEDECA, em que pode ser percebida a naturalização “permissiva” do comportamento masculino. No atendimento do Serviço Social aconteciam revelações de que algumas delas haviam sido vítimas de abuso sexual na infância, e acabaram por “aprender” a conviver com esse segredo familiar; aquelas de classe mais baixa sequer se davam conta de que haviam sido também abusadas, pelo fato

de que nas famílias pobres, em alguns casos, o abuso sexual na infância era percebido como natural e assim legitimado, e a atitude de não proteção à vítima é a forma de proteger outras situações ou perdas possivelmente avaliadas como “mais dolorosas”, o que acaba por “autorizar” o membro adulto agressor a manter a situação abusiva. Paradoxalmente, devido às situações de negligência e maus-tratos, o ato abusivo era experienciado como demonstração de “carinho” e “presença” da figura paterna, como já afirmava a autora em seu estudo.

2. METODOLOGIA

O interesse em estudar a violência sexual inserida no contexto dos conflitos familiares parte da experiência vivenciada no Serviço Social do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA), junto às famílias de crianças e adolescentes vítimas pelas quais – a partir da observação empírica e obtenção de dados através da Anamnese Social – foi possível identificar padrões familiares e sua possível influência na ocorrência do abuso sexual, ou mesmo, a sua repetição na família.

3. CONCLUSÃO

Explicar o ato abusivo unicamente pela via intrapsíquica ou dinâmica da família é parte de um contexto de manter em âmbito privado esse crime como segredo, pois um crime foi cometido e alguém o cometeu. As famílias abusivas possuem interações insatisfatórias e o padrão de comunicação disfuncional, mas poderosamente reforçador na sua estrutura rígida e inflexível, o que faz com que reajam a qualquer possibilidade de mudança, e isso inclui o tratamento e a denúncia. As famílias saudáveis não se distinguem das disfuncionais pela ausência de conflitos, mas como afirma Minuchin: “[...] a estrutura é que se modifica para se adaptar aos novos desafios familiares [...]”, portanto, são capazes de mudar diante de um conflito e superá-lo, porque se comunicam claramente e são flexíveis.

As estatísticas apresentadas servem para reafirmar a vulnerabilidade identificada na infância e na adolescência analisadas a partir do papel da família, no sentido não só a partir da família contextualizada na realidade de uma sociedade patriarcal, em que a violação dos direitos da criança e da mulher são uma constante, seja pela violência física propriamente dita ou mesmo pela violência simbólica perpetrada em virtude da condição de sexo, mas também analisada à luz de questões relacionadas aos atores envolvidos, buscando entender o significado da violência nas relações estabelecidas na família. Para Azevedo, o que se coloca é a necessidade de uma Teoria Crítica da violência que, segundo a autora, deveria estar contextualizada dentro de uma sociedade e de uma cultura nas quais o seu significado pudesse ser entendido, considerando a nossa realidade brasileira como “[...] resultado de interação dos fatores individuais (biológicos, psicológicos) e sociais (econômicos políticos e culturais)”.

Esse artigo é uma análise a partir dos casos que conseguiram chegar até a denúncia, muitos outros continuam na escuridão do silêncio familiar, por isso mesmo o estudo dessa problemática é inesgotável.

4. REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. A. **Infância e violência doméstica**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Dossiê Diagnóstico, violência sexual doméstica contra crianças e adolescentes (VSD)-LACRI - Laboratório de Estudos da Criança - USP.

BLACK, E. I. **Os segredos na família e na terapia familiar**. Porto Alegre: Arte Medica, 1994.

CEDECA (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente). **Relatório Anual**, 2002.

COHEN, C. **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2000.

GOODRICK, T. J. **Terapia familiar feminista**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MINUCHIN, S. **Técnicas de terapia familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

NICHOLS, M. P. **Terapia familiar, conceitos e métodos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.